

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei 14.133/2021)

Registro de Preços para aquisição de bens permanentes

Mobiliário de Madeira nas cores padrão argila e mogno

**Processo CPA nº 2025/00044650**

### 1. OBJETO

- 1.1. Sistema de Registro de Preços para aquisição de Mobiliário de Madeira nas cores padrão argila e mogno, a serem distribuídos para as Unidades Judiciais e Administrativas do Tribunal de Justiça em qualquer município do Estado de São Paulo.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 2.1. Não será realizado o procedimento de Intenção de Registro de Preços, tampouco será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por outros órgãos. Tal medida se justifica pela inexistência, no âmbito do Tribunal de Justiça, de estrutura destinada ao controle e monitoramento para o gerenciamento de Atas;
- 2.2. São móveis de escritório necessários à realização dos trabalhos administrativos e judiciários do TJSP, a aquisição pretende garantir a melhor solução para atender esta demanda e as necessidades de substituições e inaugurações;
- 2.3. Desta forma, serão determinadas suas características básicas, visando facilitar a sua aquisição, utilização e instalação, conforme o mercado atual e empresas fabricantes;
- 2.4. A especificação técnica seguirá no Termo de Referência.

### 3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Inc. II, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 3.1. A contratação foi prevista no Plano de Contratações Anual 2026 – ID 1007.

### 4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (Parágrafo único, art. 11, Lei 14.133/21)

- 4.1. A aquisição pretendida está aderente aos seguintes Objetivos do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo 2021-2026:

**Objetivo 9.** Adequar a infraestrutura física e otimizar o uso dos prédios e espaços.

## 5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

- 5.1. Não há catálogo eletrônico de padronização para a contratação pretendida.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inc. III, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 6.1. As características dos itens, as condições gerais de fornecimento e de garantia, serão apresentadas nas especificações técnicas e demais itens do Termo de Referência;
- 6.2. Tendo em vista a existência de diversos modelos no mercado, será solicitada apresentação de amostra para verificação da adequação às necessidades de padronização adotadas pelo Tribunal;
- 6.3. Conforme art. 28 e §3º do Provimento nº 100/2024, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, poderá ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade, resultando na renovação das quantidades iniciais para o novo período de vigência;
- 6.4. Tendo em vista a necessidade de cautela na seleção dos fornecedores, será incluído no Termo de Referência a exigência de Atestado de Capacidade Técnica.

## 7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

- 7.1. O recebimento provisório será efetuado pela Unidade Administrativa recebedora do material, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da entrega dos produtos, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.2. Quando do recebimento do material, a Unidade Administrativa efetuará a conferência visual e verificará se o item está de acordo com as

especificações constantes deste Anexo e do respectivo Contrato;

- 7.3.** O recebimento definitivo será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

## **8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO (inc III, art. 18, Lei 14.133/21)**

- 8.1.** O prazo de entrega previsto no Termo de Referência será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir da notificação emitida pelo(a) Fiscal do Contrato, com previsão da possibilidade de concessão de até 45 (quarenta e cinco) dias de prazo adicional para finalização das entregas;
- 8.2.** A gestão e fiscalização do Contrato serão efetuadas conforme disposições constantes no Contrato, na Lei nº 14.133/2021, no Provimento CSM nº 2.724/2023, no Provimento nº 100/2024, e as definidas no Termo de Referência;
- 8.2.1.** Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência de 180 (cento e oitenta dias), contados a partir da assinatura pela DETENTORA/CONTRATADA.
- 8.3.** Será prevista a comprovação pela DETENTORA/CONTRATADA, semestralmente, quanto à manutenção de suas condições de habilitação e qualificação;
- 8.4.** O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do ateste definitivo da Nota Fiscal/Fatura pelo(a) Fiscal de Contrato.

## **9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)**

- 9.1.** Será exigido um prazo de 57 (cinquenta e sete) meses de garantia complementar à legal prevista no CDC, totalizando 60 (sessenta) meses de garantia;
- 9.1.1.** Justifica-se a exigência de garantia complementar tendo em vista o valor estimado de aquisição dos itens, sendo o período total de 5 (cinco) anos o mais comum oferecido pelos fabricantes e distribuidores.

## **10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e MODO DE DISPUTA (inc. VIII, art. 18, Lei 14.133/21)**

- 10.1.** Considerando que os objetos do presente estudo possuem padrões de

desempenho e qualidade, assim como especificações usuais de mercado, a modalidade de licitação será o Pregão, na forma eletrônica, o critério de julgamento de menor preço e o modo de disputa aberto.

#### **11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

- 11.1.** As quantidades foram estimadas com base na média de fornecimento de um período de 3 (três) anos (01/01/2023 até 31/12/2025), mais os pedidos em carteira que ainda não foram atendidos, com cálculo para previsão de fornecimento durante a vigência da Ata do Registro de Preços;
- 11.2.** Ressalta-se, no entanto, que no caso de materiais permanentes as quantidades passadas podem não refletir com exatidão as necessidades futuras, que dependerão das efetivas solicitações das Unidades Administrativas decorrentes de substituições, inaugurações e novas demandas. Por isso, o cálculo do quantitativo a registrar considera uma margem que permita a absorção desses quantitativos;
- 11.3.** O cálculo efetuado consta no Anexo “Dados Totais – Móveis” (p. 198-208 do CPA 2025/00044650), elaborado com as informações extraídas dos relatórios de itens fornecidos e pedidos em carteira (pp. 27-30 do CPA 2025/00044650);
- 11.4.** As parcelas da Ata de Registro de Preços serão solicitadas durante sua vigência, mediante disponibilidade orçamentária, e serão baseadas na necessidade real das Unidades Administrativas, evitando-se a formação de estoques.

#### **12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

- 12.1.** O levantamento de mercado e as pesquisas foram realizadas em sites de compras públicas e pesquisas na internet visando a adequação da especificação técnica às alternativas comuns de mercado, conforme Planilha de pesquisa de preços (pp. 31 do CPA 2025/00044650).

#### **13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inc. VI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

- 13.1.** Estimativas realizadas conforme Planilha de pesquisa de preços (pp. 31 do CPA 2025/00044650), havendo necessidade de confirmação dos valores referenciais por meio de pesquisa de mercado no processo licitatório:

Código	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
33.0001	ARMÁRIO SEM CABIDEIRO –	480	1.374,00	659.520,00

	ARGILA			
<b>33.0003</b>	ARMÁRIO ESTANTE – MOGNO	300	990,00	297.000,00
<b>33.0004</b>	ARMÁRIO COM CABIDEIRO – MOGNO	390	1.632,00	636.480,00
<b>33.0005</b>	ARMÁRIO SEM CABIDEIRO – MOGNO	360	1.158,00	416.880,00
<b>33.0006</b>	BALCÃO – ARGILA	540	927,00	500.580,00
<b>33.0010</b>	GAVETEIRO VOLANTE - ARGILA	570	615,00	350.550,00
<b>33.0011</b>	GAVETEIRO VOLANTE – MOGNO	1080	642,00	693.360,00
<b>33.0016</b>	MESA DE APOIO – ARGILA	330	511,00	168.630,00
<b>33.0017</b>	MESA DE APOIO – MOGNO	540	598,00	322.920,00
<b>33.0019</b>	MESA DE CENTRO – MOGNO	300	526,00	157.800,00
<b>33.0020</b>	MESA DE ESCRITÓRIO – ARGILA	720	838,00	603.360,00
<b>33.0021</b>	MESA AUXILIAR – MOGNO	330	740,00	244.200,00
<b>33.0026</b>	MESA DE DIREÇÃO – ARGILA	300	783,00	234.900,00
<b>33.0027</b>	MESA DE DIREÇÃO – MOGNO	390	718,00	280.020,00
<b>33.0029</b>	MESA DE REUNIÃO – ARGILA	300	1.101,00	330.300,00
<b>33.0030</b>	MESA DE REUNIÃO – MOGNO	300	1.067,00	320.100,00
<b>33.0059</b>	BALCÃO – MOGNO	450	763,00	343.350,00
<b>33.0118</b>	MESA REDONDA PARA 4 PESSOAS	330	681,00	224.730,00
<b>33.0119</b>	MESA REDONDA PARA 6 PESSOAS	330	742,00	244.860,00
<b>33.0122</b>	MESA EM FORMATO DE “L” – MOGNO	870	989,00	860.430,00
<b>33.0136</b>	ARMÁRIO COM PRATELEIRAS - COR ARGILA	300	1.056,00	316.800,00
<b>33.0028</b>	MESA DE DIREÇÃO COM CONEXÃO – MOGNO	90	1.420,00	127.800,00
<b>Total</b>				<b>8.334.570,00</b>

#### 14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 14.1.** São móveis de escritório comuns necessários à realização dos trabalhos administrativos e judiciais do TJSP. As características dos itens serão determinadas de acordo com a disponibilidade do mercado, visando facilitar a sua aquisição, utilização e instalação;
- 14.2.** A especificação técnica seguirá no Anexo I-A – Especificação Técnica do Termo de Referência e será elaborada de acordo com o mercado atual e empresas fabricantes;

**14.3.** As condições de assistência estarão previstas no Termo de Referência e Termo de Garantia.

**15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

**15.1.** A licitação será composta por 1 (um) lote com 22 (vinte e dois) itens e 2 (dois) lotes com 21 (vinte e um) itens cada, totalizando 03 (três) lotes, definidos pelas seguintes Regiões Administrativas Judiciárias;

- Lote 1 – 1ª e 9ª Regiões Administrativas:
  - Total TJSP = 3.810 unidades registradas;
  - Total outros órgãos = 1.950 unidades registradas.
- Lote 2 – 2ª, 5ª, 6ª e 8ª Regiões Administrativas:
  - Total TJSP = 2.640 unidades registradas.
- Lote 3 – 3ª, 4ª, 7ª e 10ª Regiões Administrativas:
  - Total TJSP = 3.150 unidades registradas.

**15.1.1.** O histórico das contratações demonstrou a possibilidade de parcelar a contratação em 3 (três) lotes, unindo Regiões Administrativas próximas e balanceando as quantidades, tornando os lotes mais atrativos para a competição entre os licitantes;

**15.1.2.** A aglutinação em três lotes visa a diluição dos custos logísticos, uma vez que a contratação será para entrega direta em qualquer município do Estado de São Paulo, de acordo com o lote de participação.

**15.2.** Os itens não são objeto com produção regionalizada. No mercado, observado pela internet, existe um rol de marcas que produzem e disponibilizam nas grandes lojas e distribuidores, com entrega em todo território nacional;

**15.3.** Tendo em vista a logística de entrega direta nas Unidades Administrativas prevista nesta contratação, a atribuição de cota para participação exclusiva de micro e pequenas empresas pode trazer prejuízo ao ganho de escala, em especial relativo aos custos de distribuição.

**16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inc. IX, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

**16.1.** A presente contratação tem o objetivo de dotar as Unidades Administrativas com mobiliário que proporcione conforto e produtividade, atendendo aos objetivos do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça;

**16.2.** Além disso, objetiva-se:

- a. Racionalização e padronização das compras dos itens;
- b. Economicidade devido ao ganho de escala na aquisição de itens em lote por agrupamento de Regiões Administrativas;
- c. Melhoria de eficiência administrativa por meio da redução do número de processos licitatórios e da quantidade de contratos.

## **17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

**17.1.** Não são necessárias providências prévias relativas a esta contratação.

## **18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

**18.1.** Não há contratações correlatas e/ou interdependentes ao objeto desta contratação.

## **19. IMPACTOS AMBIENTAIS (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

**19.1.** Em consulta ao GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA AGU - versão OUTUBRO/2024 - 7ª EDIÇÃO, REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA, não foram localizadas orientações específicas para aquisição de mobiliários;

**19.2.** Será exigida a apresentação de Certificação de Cadeia de Custódia para Produtos de Madeira, comprovando que, na fabricação do produto, 100% dos componentes de madeira utilizados são oriundos de madeira certificada, conforme Termo de Referência.

## **20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS (art. 44, Lei 14.133/21)**

**20.1.** Locação não aplicável, tendo em vista o longo prazo de utilização e vida útil dos itens, já comumente incorporados ao patrimônio mobiliário do TJSP.

## **21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15, Lei 14.133/21)**

**21.1.** Considerando que o objeto a ser contratado não apresenta restrições à participação de licitantes isolados, em razão de ser de natureza comum, e considerando o histórico de contratações de mesma natureza no TJSP, que demonstra a possibilidade de ampla participação, não há necessidade da



instituição do consórcio nesta contratação.

## **22. VISTORIA/VISITA TÉCNICA (§§ 2º, 3º e 4º, art. 63, Lei 14.133/21)**

**22.1.** Não há a necessidade de vistoria técnica, por se tratar de aquisição de bens permanentes.

## **23. CONTRATAÇÃO COMPARTILHADA (Resolução nº 347/2020 do CNJ):**

**23.1.** Sim. A demanda é passível de contratação compartilhada com outros órgãos da Administração Pública. Foram consultados o Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e a Assembleia Legislativa de São Paulo. Apenas o TRESP solicitou sua participação nesta contratação (pp. 6-11 do CPA 2025/00044650). O TJMSP e o TCESP declinaram da participação (pp. 14-17 do CPA 2025/00044650) e a ALESP não respondeu ao e-mail enviado (pp. 18-19 do CPA 2025/00044650);

**23.2.** Com relação à participação do TRESP, será inserida ressalva no TR/Edital, relativa à composição dos preços, tendo em vista que o TJSP é isento do ICMS, com cláusula padrão de disputa pelos licitantes já considerando a isenção, porém o TRESP, como órgão da esfera Federal, não faz jus ao benefício, que é regulamentado no RICMS para órgãos do Estado de São Paulo.

## **24. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (art. 86, Lei 14.133/21)**

**24.1.** Embora tenha sido verificada a possibilidade de contratação compartilhada nos moldes já adotados em outras contratações deste Tribunal, no qual há a assinatura de Atas de Registro de Preços independentes para cada órgão participante, não vemos possibilidade de realização da Intenção de Registro de Preços nos termos do art. 86, §1º da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que em sua ARP o TJSP será o único contratante, uma vez que a área gestora possui equipe exígua e não dispõe de estrutura e recursos organizacionais e sistêmicos para gerenciamento de Atas de outros órgãos.

## **25. PLANO DE RISCOS (inc. XIII, art. 2º, Provimento nº 2.724/2023)**

**25.1.** O Plano de Riscos encontra-se em anexo e após aprovado será juntado ao CPA nº 2024/00162575 para acompanhamento.

## **26. EQUIPE DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**Equipe de Planejamento:**



<b>Unidade solicitante</b>	SAAB 5.3.1 – Serviço de Gestão de Contratos e Distribuição de Materiais Permanentes
<b>Secretaria/Diretoria responsável</b>	SAAB – Secretaria de Administração e Abastecimento SAAB 5 – Diretoria de Licitações e Suprimentos
<b>Gestor de Planejamento</b>	Osmair Gustavo Freitas Boy – Matrícula 130.513 – Supervisor - SAAB 5.3.1 – Serviço de Gestão de Contratos e Distribuição de Materiais Permanentes
<b>Equipe de planejamento da contratação</b>	Paulo Magalhães Vizotto – Matrícula 371.033 – Chefe de Seção Judiciário – SAAB 5.3.1.3 – Seção de Pedidos de Licitação de Materiais Permanentes  Simone Guimarães da Silva – Matrícula 815.012 – Escrevente Técnico Judiciário – SAAB 5.3.1.3 – Seção de Pedidos de Licitação de Materiais Permanentes  Vicente da Assumpção Pinheiro – Matrícula 382.489 – Escrevente Técnico Judiciário – SAAB 5.3.1.3 – Seção de Pedidos de Licitação de Materiais Permanentes

**Equipe de Apoio/Acompanhamento da Licitação:**

SETOR	NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
<b>EQUIPE DE APOIO</b>			
SAAB 5.3.1.3	Paulo Magalhães Vizotto	371.033	Equipe de Apoio
SAAB 5.3.1.3	Simone Guimarães da Silva	815.012	Equipe de Apoio
SAAB 5.3.1.3	Vicente da Assumpção Pinheiro	382.489	Equipe de Apoio
SAAB 5.3.1	Osmair Gustavo Freitas Boy	130.513	Equipe de Apoio
SAAB 5.3	Henrique da Silva Filho	311.427	Equipe de Apoio
SAAB 5.3	Suzete Caraça	314.690	Equipe de Apoio

**Equipe de gestão contratual:**

SETOR	NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
<b>GESTOR(A)</b>			
SAAB 5.3	Maria Aparecida Lúcio	110.718	Gestora
SAAB 5.3.1	Osmair Gustavo Freitas Boy	130.513	Suplente
<b>FISCAL ADMINISTRATIVO</b>			
SAAB 5.3.1.1	Elizabete Ferragut Rodrigues	378.337	Fiscal Administrativo
SAAB 5.3.1.1	Marco Antônio Mayer Braga	371.033	Suplente
SAAB 5.3.1.1	Vanessa Aparecida da Cruz	378.580	Suplente
<b>FISCAL DO CONTRATO</b>			
SAAB 5.3	Henrique da Silva Filho	311.427	Fiscal do Contrato
SAAB 5.3	Suzete Caraça	314.690	Suplente

**27. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

**27.1.** Conforme evidenciado no item 2 deste ETP, os itens a serem adquiridos nesta contratação (Mobiliário de Madeira nas cores padrão argila e mogno) fazem parte do rol de materiais fornecidos pelo Almoxarifado Central para atendimento às necessidades das Unidades Administrativas do TJSP, da Capital e do Interior do Estado.

A presente contratação possibilitará a reposição para melhorar os móveis nos setores que necessitam de troca devido ao estado de deterioração causado pelo uso e pelo tempo, visando aproveitar melhor os espaços físicos da instituição e proporcionar o melhor conforto possível, além de garantir uma reserva técnica para atender substituições e inaugurações, sempre observando os critérios de sustentabilidade apontados no item 19 deste ETP. O não atendimento desta Contratação inviabilizará o cumprimento do supracitado Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo 2021-2026 e impossibilitará o atendimento adequado das demandas. Conforme demonstrado neste ETP, a aquisição pretendida representa a melhor solução para a necessidade, havendo viabilidade técnica, ante a disponibilidade do item no mercado, bem como econômica, tendo em vista a inclusão no Plano de Contratação Anual e estimativas de valor realizadas.

Diante disso, solicita-se a aprovação dos estudos, para inclusão do pedido de licitação.

São Paulo, data registrada em sistema.

**Vicente da Assumpção Pinheiro**  
Escrevente Técnico Judiciário  
SAAB 5.3.1.3

**Simone Guimarães da Silva**  
Chefe de Seção Substituta  
SAAB 5.3.1.3

**Osmair Gustavo Freitas Boy**  
Supervisor  
SAAB 5.3.1

Assinatura eletrônica da equipe de planejamento da contratação